

*De submissão ao Livro
Deputado
Pel' Presidente
Marques Pinheiro
15/02/2011*

CURRICULUM VITAE

Nome: Luís Eloy Pereira de Azevedo.

Categoria: Procurador da República.

Data de Nascimento: 1 de Fevereiro de 1962.

Naturalidade: Lisboa.

Habilitações académicas: licenciado em direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Curso 1980-1985). Mestre em Direito pela Universidade Autónoma de Lisboa (Dissertação discutida em prova pública realizada em 6 de Julho de 1999).

Função actual: Procurador da República na comarca de Oeiras.

Actividade profissional:

Exerceu funções, como Delegado do Procurador da República nas comarcas de Coruche (1989-1990), Barreiro (1990) e Lisboa (1990-1999, DIAP, Cível e Criminais).

Por acórdão do Conselho Superior do Ministério Público, de 25 de Maio de 1993, foi atribuída a classificação de *Bom com Distinção*, ao serviço prestado no período compreendido entre 1 de Janeiro de 1989 e 4 de Maio de 1992, com primazia ao da Comarca de Coruche.

Na sequência de inspecção levada a cabo ao 7º Juízo Cível, em Novembro de 1994, foi-lhe proposta a classificação de *Muito Bom*, classificação esta homologada por acórdão do Conselho Superior do Ministério Público, datado de 5 de Julho de 1995.

Foi nomeado Docente do Centro de Estudos Judiciários (CEJ), a tempo inteiro, conforme publicação no Diário da República- II Série de 26-10-99, onde exerceu funções entre 15-9-99 e 15-9-2005.

Na sequência de inspecção levada a cabo ao seu serviço no CEJ, foi proposta, novamente, a classificação de *Muito Bom*, classificação esta homologada por acórdão do Conselho Superior do Ministério Público de 31 de Janeiro de 2001

*Documento entregue
pelo M.J. na audiência
efectuada a 15/02-2011*

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	
Divisão de Apoio às Comissões	
CÁDLOG	
N.º Único	387931
Entrada/Série n.º	148 Data: 15/2/2011

Foi promovido, por mérito, a Procurador da República, em 15-06-01 e colocado no círculo judicial de Gondomar, mantendo a comissão de serviço no CEJ.

Foi colocado como Procurador da República no círculo judicial de Oeiras, em 15-9-2005, lugar que actualmente ocupa.

Recebeu um louvor escrito da Sra. Directora do DCIAP e do Sr. Procurador-Geral da República pelo seu desempenho no processo 712/00.9JFLSB (*processo Isaltino Morais*).

Obra publicada:

«Furto qualificado e suspensão provisória do processo», in *Revista do Ministério Público* n.º 39, (1989).

«Cegonhas: aprendizagem de um olhar», in *Justiça* n.º 3, (1989).

«Processo das cegonhas: base para uma apresentação transversal da prossecução dos interesses difusos», in *Revista do Ministério Público-Cadernos* n.º 5, (1990).

«Desafio pós-moderno: gestação e contratos de gestação», in *Galileu-Revista de Economia e Direito*, vol. II n.º2, (1997).

«Ministério Público e interesses difusos: poderes efectivos e poderes encantatórios», in *Revista do Ministério Público-Cadernos*, Cosmos, (2000).

«O direito à dúvida», in *Revista do Ministério Público* n.º 82, (2000) e republicado in *Jornal Comunicar Justiça* n.º 5, Março de 2002.

Magistratura Portuguesa retrato de uma mentalidade colectiva, Lisboa, Cosmos, 2001.

«O direito da procriação entre a ordem e o caos», in *Revista do Ministério Público* n.º 90, (2002).

«Sobre o falsamente chamado direito a não nascer», in *Jornal Comunicar Justiça* n.º 11, Novembro de 2002.

Apresentação, n.º 25 da *Revista SubJudice sobre Justiça e Memória*, de parceria com António de Araújo, na qualidade de coordenador do número.

- «Jornalismo judiciário no século XIX: o neutro e o palpitante», in *SubJudge* n.º 25 (2003).
- «Simenon, Maigret e o Judiciário: uma relação persistente», in *Polícia e Justiça Revista do Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais*, n.º 2 (2003).
- «Os interesses difusos no quadro da história do Ministério Público em Portugal», in *Revista do Ministério Público* n.º 100, 2004.
- «Uma imagem justa ou justamente uma imagem?», in *Inquérito aos Sentimentos de Justiça num ambiente urbano* (coordenação de António Manuel Hespanha), Lisboa, Almedina, 2005.
- «Direito Penal, Magistratura e Inquérito Judicial no Século XIX Português», in *Revista do Ministério Público* n.º 102, 2005.
- «Justiça colonial portuguesa: abertura de um capítulo», in *Revista do Ministério Público* n.º 104, 2005.
- «CEJ: história e problematização», in *Revista do Ministério Público* n.º 108, 2006.
- «Estudos Judiciários: uma reivindicação para a história» in *CEJ 25 anos Memória do Futuro*, 2006.
- «Droit pénal, magistrature et enquête judiciaire au Portugal au XIX siècle» in *L'enquête judiciaire en Europe au XIX siècle*, Paris, Creaphis, 2007.
- «Perfil do Juiz : da modelação à crise de identidade», in *Revista Julgar* n.º 4, 2008.
- «Perfil do Juiz : da modelação à crise de identidade», in *O perfil do Juiz na tradição ocidental*, Lisboa, Almedina, 2009.

48
n.º 1
2

49
/



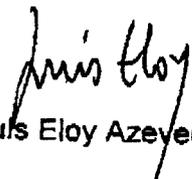
Outros dados relevantes:

- Membro efectivo do júri de orais, prova de direito civil, da selecção de candidatos ao XVIII curso normal de formação do CEJ.
- Membro efectivo do júri de escritas, prova de Direito Civil, da selecção de candidatos dos XIX, XX, XXI, XXII e XXIII cursos normais de formação do CEJ.
- Membro do Conselho Redactorial da Revista do CEJ (2004).
- Membro do Conselho Redactorial da Revista do Ministério Público (entre Janeiro de 2005 e Março de 2008).
- Membro do Conselho Redactorial da Revista Sub Judice (a partir de Janeiro de 2005).
- Membro do grupo de trabalho de arquivos do Ministério da Justiça, designado pelo CEJ (ano de 2002).
- Coordenador do Projecto *Magistrados Portugueses- Histórias de Vida*, aprovado pela direcção do CEJ, ocorrido entre 2000 e 2002.
- Coordenador e responsável do estágio de trabalho dos auditores de justiça franceses, junto dos tribunais portugueses, entre os anos de 2002 e 2004.
- Palestrante nos Cursos de Pós-Graduação em *Jornalismo Judiciário* da Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Direito, entre 2002 e 2004.
- Palestrante no Curso de *Justiça e Comunicação*, organizado pelo Centro de Estudos Judiciários e pela Escola Superior de Comunicação Social, em Abril de 2004.
- Participante, com comunicação, no Colóquio Internacional realizado em Paris, Sorbonne, subordinado ao tema *Os Inquéritos judiciários na Europa do século XIX*, entre 19 e 21 de Maio de 2005.
- Convidado do IV Encontro Anual do Conselho Superior da Magistratura, 2006, onde proferiu intervenção.
- Convidado do Encontro Internacional "O perfil do Juiz na tradição ocidental", organizado pela Faculdade de Direito de Lisboa, entre 23 e 24 de Novembro de 2007, onde proferiu intervenção.

50

Colaboração com a Faculdade de Direito da Universidade Nova de
Lisboa (consultor de projecto liderado pelo Prof. António Manuel
Hespanha, participação como convidado em sessões lectivas).

Lisboa, 4 de Janeiro de 2010


(Luis Eloy Azevedo)

Info do cabeçalho do fax

GABINETE MJ
 +351213479208
 2011-Jan-31 20:09

Trabalho	Data/Hora	Tipo	Identificação	Duração	Pgs	Resultado
370	2011-Jan-31 20:07	Receber	+351 213975255	1:37	5	Sucesso
		31/01 2011 19:49 FAX +351 213975255 PBR		001/005		

46

CURRICULUM VITAE

Nome: Luis Eloy Pereira de Azevedo.
 Categoria: Procurador da República.
 Data de Nascimento: 1 de Fevereiro de 1962.
 Naturalidade: Lisboa.
 Habilitações académicas: licenciado em direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Curso 1980-1985). Mestre em Direito pela Universidade Autónoma de Lisboa (Dissertação discutida em prova pública realizada em 6 de Julho de 1999).
 Função actual: Procurador da República na comarca de Oeiras.

Actividade profissional:

Exerceu funções, como Delegado do Procurador da República nas comarcas de Coruche (1989-1990), Barreiro (1990) e Lisboa (1990-1999, DIAP, Cível e Criminais).
 Por acórdão do Conselho Superior do Ministério Público, de 25 de Maio de 1993, foi atribuída a classificação de *Bom com Distinção*, ao serviço prestado no período compreendido entre 1 de Janeiro de 1989 e 4 de Maio de 1992, com primazia ao da Comarca de Coruche.
 Na sequência de inspecção levada a cabo ao 7º Juízo Cível, em Novembro de 1994, foi-lhe proposta a classificação de *Muito Bom*, classificação esta homologada por acórdão do Conselho Superior do Ministério Público, datado de 5 de Julho de 1995.
 Foi nomeado Docente do Centro de Estudos Judiciários (CEJ), a tempo inteiro, conforme publicação no Diário da República- II Série de 26-10-99, onde exerceu funções entre 15-9-99 e 15-9-2005.
 Na sequência de inspecção levada a cabo ao seu serviço no CEJ, foi proposta, novamente, a classificação de *Muito Bom*, classificação esta homologada por acórdão do Conselho Superior do Ministério Público de 31 de Janeiro de 2001